

Esta edição de Travessia traz um conjunto de artigos e resenhas que nos convidam a pensar sobre memória, cadeias migratórias, adoção internacional de crianças, reunião familiar, raça e migração.

O texto *“Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos”* de Maria Aparecida de Moraes Silva e Tainá Reis parte da constatação do estado de São Paulo como um dos “maiores produtores de *commodities* (açúcar, etanol, suco de laranja, café etc.) do país. Há duas décadas, o modelo de produção agrícola implantado é caracterizado por um processo que possui duas faces: a) o desenvolvimento acelerado da modernização, por meio do emprego maciço de tecnologias avançadas, cujo resultado tem sido a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores/as; b) o apagamento da memória laboral”. As autoras propõem importantes e necessárias reflexões sobre a “produção de um repositório digital, contendo a memória de trabalhadores/as rurais”. O repositório é constituído de material de pesquisa (fotos, entrevistas [mais de mil horas de entrevistas] “com migrantes, homens e mulheres do Vale do Jequitinhonha, Paraíba, Maranhão, Piauí, além de vários municípios do estado de São Paulo, e também com sitiantes e assentados rurais”. O rico acervo foi construído ao longo de mais de quatro décadas de pesquisas empreendidas por Maria Aparecida de Moraes Silva, cuja contribuição para a sociologia da migração, para a sociologia do trabalho e suas respectivas interfaces com as relações étnicas, raciais e de gênero articula, criticamente, o desenvolvimento científico às realidades de homens e mulheres na sua migração “permanentemente temporária” em busca de dignidade humana.

Patricio Andrés Klimezuk em *“Doña Elvira Elena Capriotti, o la historia de una marchigiana en pergamino”* aborda sobre a trajetória de Doña Elvira E. Capriotti, italiana imigrada ainda criança para a Argentina. O autor procura dar conta dos motivos que os levaram a se estabelecer em determinada região do país, revendo conceitos e métodos centrais dos estudos sobre migração internacional; arrola uma série de fontes orais e documentais nas quais baseia suas afirmações e questionamentos sobre métodos de pesquisa e conceitos explicativos de experiências migratórias. Patrício Klimezuk parte de uma afirmação central para abordar o tratamento da questão: que a decisão familiar de migrar e se estabelecer na região norte dos pampas argentinos, especificamente no distrito de Pergamino, foi influenciada por uma rede de contatos familiares já estabelecida na área, para a qual, o conceito de “cadeia migratória” torna-se central na análise e explicação de como as coisas poderiam ter acontecido.

Alethea Rodrigues Sôlha em *“A inviabilidade de adoção legal de crianças sírias por brasileiros”* nos convida a refletir sobre o complexo processo de adoção internacional de crianças, especialmente em contextos de guerras, refúgio e migração forçada. A

autora “apresenta um breve histórico da guerra na Síria, a qual completou nove anos em março de 2020, e descreve, resumidamente, sobre a situação geral das vítimas desse conflito, o qual inclui milhares de crianças mortas e outras milhares que estão se tornando órfãs diariamente. Tece noções gerais sobre a adoção internacional no Brasil. O artigo foca em explicar sobre a norma brasileira que impede que a adoção de crianças sírias seja concretizada; apresenta as leis da Convenção de Haia, a qual o Brasil é signatário, e afeta diretamente nesse impedimento; e esclarece sobre as leis islâmicas que influenciam diretamente para que esse processo não seja possível”.

Patrícia Nabuco Martuscelli em “*O direito à reunião familiar no Brasil sob as lentes de Abdelmalek Sayad*” se propõe a analisar a “consolidação do conceito e das práticas que envolvem o direito à reunião familiar à luz do pensamento de Abdelmalek Sayad”. A autora analisa “fontes primárias e secundárias para entender a presença e o desenvolvimento do direito à reunião familiar no Brasil. No âmbito internacional, há espaço para o reconhecimento do direito à reunião familiar como implícito no direito à família e, explicitamente, em caso de crianças”. Já o Brasil “reconhece o direito à reunião familiar após mudar o paradigma de sua legislação migratória, porém sua definição de família não comporta as diferentes realidades do percurso migratório”.

Rogério Macedo Ramos em “*As contribuições de Sayad e Fanon para compreender as consequências enfrentadas pelo sujeito migrante na sociedade pós-colonial*” aborda sobre “questões racial e migratória enfrentadas pelos médicos cubanos que vieram para o Brasil através do Programa Mais Médicos (PMM) do governo federal”. O autor discute essas questões considerando a relação histórica entre elas e a sociedade brasileira. O texto ainda articula autores que abordam “a questão racial e migratória, através de uma perspectiva pós-colonialista. Em particular, destaca-se Frantz Fanon e Abdelmalek Sayad, fundamentais para discutir as relações conflitivas, especialmente vinculadas à imigração”.

Sidnei Marco Dornelas nos apresenta duas resenhas críticas sobre dois livros, recentemente lançados no Chile, que abordam processos econômicos e sociais, bem como uma etnografia sobre mulheres peruanas na fronteira entre Chile e Peru. São eles:

“*La vuelta de todo eso. Economía y sociedad en la frontera chileno/peruana – el complejo urbano transfronterizo Tacna/Arica*” de Haroldo Dilla Alfonso; Camilla Alvarez Torres (edit.). Santiago de Chile, RIL editores / Universidad Arturo Prat, 2018, p. 232;

“*Des/venturas en la frontera: una etnografía sobre las mujeres peruanas entre Chile y Perú*” de Menara Guizzardi; Felipe Valdebenito; Eleonora Lopez; Esteban Nazal. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p. 358

Sergio Ricciuto Conte, artista plástico, ilustrador e capista de Travessia, nos apresenta uma arte com dois rostos separados mas que se aproximam para compor o planeta, e também sugerem a reunião de pessoas. Trata-se de um diálogo com o conceito e o direito à reunião familiar. Ao lado esquerdo de um dos rostos há um monocultivo que sugere a expansão do agronegócio e o apagamento da diversidade, de outras experiências. Contudo, a aproximação entre os dois rostos também expressa a memória das trajetórias e histórias construídas, vivenciadas pelos sujeitos.

Chegamos ao final de 2020 envoltos na grave pandemia do novo coronavírus e a sua doença Covid-19 que tem afetado milhares de pessoas em todo o mundo. Pessoas em condições de vulnerabilidade social, especialmente migrantes, têm sido as mais atingidas, senão pela Covid-19, pelos efeitos igualmente perversos da pandemia como desemprego, despejos, decretos e portarias governamentais que, de modo inconstitucional e unilateral, tiram proveito da pandemia para restringir ou mesmo buscar impedir a entrada de migrantes e solicitantes de refúgio em diversos países. A próxima edição de Travessia, “*Travessia, 90, Ano XXXIV, Janeiro – Abril/2021*”, trará um dossiê sobre essas questões, com o objetivo de contribuir para esse debate em vista da observação e garantia, incondicional, dos direitos humanos de migrantes e refugiados.

Boa leitura!

*José Carlos A. Pereira*

